

Ecos no Vale do Chopim: Memórias e pertencimentos dos atingidos por barragens na comunidade de Nossa Senhora de Navegantes, Paraná

Roberto Pocai

Resumo: Em 2004, a notícia da construção de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas no Vale do Chopim transformou completamente o destino da comunidade de Nossa Senhora dos Navegantes, em Clevelândia - PR. Esse projeto de pesquisa tem por intenção analisar as diversas interpretações do acontecimento e como esse ressignifica as memórias das populações ribeirinhas da comunidade. A companhia Chopim Energia, detentora dos projetos de construção das usinas, tem se preocupado em manter contato com essas populações, criando relações de contato afim de abrangê-las ao processo de construção das usinas. Ainda assim, a previsão do impacto ambiental gerou a preocupação de parte da população dessa localidade e produziu todo um cenário de resistência aos projetos da companhia. No âmbito das questões da luta pela terra, diversas lideranças se formaram em contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens, que procura defender os habitantes do lugar contra o avanço das companhias hidrelétricas. Muito além de apenas pontuar esses conflitos, esse projeto de pesquisa tem por objetivo analisar como os saberes e práticas dos membros da comunidade se entrelaçam com seus sentimentos de pertencimento a paisagem e como os cenários de cultura política se reformulam constantemente no Vale do Chopim.

Palavras-chave: História do Paraná, memória, paisagem, cultura política, populações ribeirinhas.

Desde seu leito, passando pelas matas que o rodeiam até sua profundidade, o rio Chopim nos permite vislumbrar uma paisagem intensa que vigora como se diante de nós se pincelasse uma aquarela viva vibrando positivamente. O som da cachoeira se confunde com minha respiração. Uma incursão pessoal ao Vale do Chopim vivificada pelo pesquisador que vos fala produziu essa outra percepção, mas como algo além da moldura presente num quadro vivo e se projeta numa observação panorâmica da paisagem e de acontecimentos que geraram o interesse na pesquisa.

A existência dessa diversidade de cores condiz com os diversos sujeitos que integram a paisagem e suas vivências no lugar. Uma História viva. Os olhos seguem o curso do rio, a vida se faz numa constante dialética entre ser humano e natureza. O Vale do Chopim não é um objeto imutável, assim como quem ali habita não é apenas parte de um quadro parado, seus elementos permitem mapear a dinâmica constante das (inter-)ações dos sujeitos, dos seus saberes e práticas e das metamorfoses no curso do tempo.

Entre os acontecimentos que marcam o itinerário do Rio Chopim, está o projeto de construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) de São João e Cachoeirinha. A pesquisa se situa temporalmente entre 2001, ano em que a Enterpa S.A., atual Chopim Energia S.A., venceu a licitação para a construção das duas usinas, até os dias atuais – onde sequer o rio foi desviado pois ainda não foi expedida a Licença Ambiental do Instituto Ambiental do



Paraná, as famílias mal sabem como serão indenizadas. O recorte espacial se restringe a comunidade de Nossa Senhora dos

Figura 1: Rio Chopim, ao centro a Ilha do Carletto (Acervo próprio).

Navegantes, popularmente reconhecida como Vale do Chopim. Essa comunidade localizada em Clevelândia-PR vem sendo alvo de sucessivas investigações e pesquisas por parte dessa companhia hidrelétrica. A companhia afirma o “potencial de produção energética” presente no rio, a PCH de São João viria a produzir 62,5 megawatts (MW), enquanto que a PCH de Cachoeirinha viria a produzir 42,5 megawatts e “atuando juntas, as geradoras vão produzir energia suficiente para suprir as necessidades de 245 mil pessoas” (CHOPIM..., 2009).

Apesar da constante reafirmação da “responsabilidade social e ambiental” por parte dos representantes da Chopim Energia, um cenário de dúvidas quanto ao destino das famílias de Navegantes vem se configurando. Esse cenário tem sido alimentado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹ que vem trocando experiências com a região, compartilhando discussões de grupos advindos de outras localidades Brasil afora e incentivando a formação de lideranças regionais que contribuam para a criação de espaços de luta pelo direito a terra.

Esse acontecimento reproduzido na voz de diversos moradores de Navegantes semeia uma infinidade de narrativas e, sobretudo, múltiplas interpretações que (re)constroem a História da comunidade. O trabalho de pesquisa com potencial na temática da História social do presente articula o tempo atual com as diversas representações dos moradores do lugar com seus passados e com suas expectativas de um futuro ainda por vir.

¹ No final da década de 1970, aproveitando o beneficiamento dos rios, os governos da ditadura militar (1964-1985) favoreceram a construção de diversas hidrelétricas, fazendo com que milhares de pessoas fossem expulsas de suas terras, grande parte delas sequer recebeu qualquer direito, indenização ou outro pedaço de terra. Apesar do fim do regime militar, esse modelo de aproveitamento da energia elétrica ainda é preponderante em todo território nacional. Desde lá, o MAB tem fundado diversos comitês regionais que se converteram em verdadeiros focos de resistência ao modelo energético produzido entre o Estado brasileiro e as empreiteiras hidrelétricas. Esses Comitês impulsionaram diversas reivindicações em torno da luta pela terra, especialmente no direito a reassentamento, de indenizações justas, contra as privatizações, contra o abuso nas tarifas de água e energia elétrica e por um projeto popular no setor energético. Entre as palavras de ordem do Movimento se destaca: “Água e energia não são mercadoria, água e energia são soberania” (MAB, 2014).

O Vale do Chopim deve ser vislumbrado além da questão natural, ali se constitui um laboratório vivo de discussão em torno das questões da terra. A região Sudoeste do Paraná foi historicamente recortada e construída entre os séculos XIX e parte do XX, as glebas de terras Chopim e Missões que compunham a região durante muito tempo foram propriedade de companhias privadas². A migração de descendentes de europeus oportunizou o contato com povos indígenas e populações caboclas assim como uma série de conflitos que transformaram o curso da região³.

A vivência dos seus sujeitos históricos oportuniza o diálogo com a pesquisa, isso somente será possível respeitando a metodologia de História Oral. Reinterpretando o lugar onde vivem, por conta dos acontecimentos vividos, os moradores ressignificam constantemente suas memórias. A relevância desse projeto está muito além dos estudos estatísticos e quantitativos. O registro e a interpretação das falas permite perceber os impactos sociais das centrais hidrelétricas, colocando em evidência os sujeitos históricos envolvidos e suas representações da realidade vivida. Além disso, os conflitos no tempo, a diversidade de interpretações da realidade produzem aproximação e produção de identidade(s) nessa diversidade. Uma pesquisa relevando os acontecimentos e a participação de sujeitos comuns nos permite imaginar a relação de sentimentos que envolvem as pessoas, a suas Histórias de vida e ao lugar onde foram geradas e geraram tais Histórias. Afim de buscar compreender e problematizar os fenômenos sociais presentes no processo histórico, uma questão de partida é proposta para a pesquisa: Como os membros da comunidade reinterpretem as suas memórias face à possibilidade de construção das barragens?

A paisagem referida como algo visível ao olhar do historiador viaja pelo tempo e principalmente sobre as diversas percepções do tempo. Capões fechados, pomares, lavouras, ilhas, cachoeiras... Uma única observação exhibe diversas ações que transformaram a paisagem

² Dom Pedro II concedeu os títulos das terras devolutas ao engenheiro Teixeira Soares que ficou a cargo da construção de uma ferrovia. Durante a República, os títulos da gleba Missões passaram para a Brazil Railway Company que depois foram transferidos para a BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio). Até que em 1940, a União incorporou o patrimônio da companhia estadunidense. A gleba foi alvo de disputas entre a União e o Estado paranaense. A União, por sua vez, anunciou a criação da CANGO em 1943 (Colônia Agrícola Nacional General Osório) pelo Decreto-Lei 12.417 a fim de desenvolver laboralmente a região com a chegada de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na década de 1950, o governador Moysés Lupion favoreceu as ações de companhias privadas em detrimento daqueles que foram considerados meros “posseiros” da região, diversos conflitos proporcionaram direito de uso da terra aos membros da população sudoestina (VORPAGEL, 2007).

³ O caboclo, apesar de não possuir escritura de posse da terra, criou uma concepção própria de posse. Sua forma de sobrevivência se colocava quase num regime de subsistência. O estado além de negar a presença das culturas cabocla e indígena e incentivar a migração dos povos descendentes de europeus, frequentemente denominou esses campos como uma região de imenso “vazio demográfico” (POCAI FILHO, 2011). Esse recorte serve para percebermos que os conflitos de terra no Sudoeste não são exclusividade do tempo presente.

do Vale do Chopim. Num primeiro momento, qualquer observação sobre o que seria um cenário “natural” deve ser revista. Os conceitos são movimentos históricos em constante transformação entre as discussões acadêmicas, resta-nos como intelectuais discuti-los e não aceitá-los simplesmente.

Para Don Mitchell (2008) “cultura” é um termo de interesse dos atores sociais, seus significados são construídos, negociados e experienciados, ou seja cultura é um instrumento de luta. O lugar ou mesmo a paisagem existem a medida que são afirmados como pertencentes a esses atores sociais, a alguém. Além das transformações geomorfológicas da paisagem, o ser humano atua sobre essa, essa dialética entre ser humano e natureza produz uma paisagem cultural perceptível aos nossos olhos. Esse cenário se fortalece por relações de pertencimento que tais sujeitos criam com o lugar onde vivem. Esses sentimentos de pertencimento criam a ideia de patrimônio, o que esses atores sociais afirmam como “nosso” (MITCHELL, 2008, p. 18).

Além da noção de propriedade presente no sentimento dos moradores de Navegantes, outros interesses cercam o Vale do Chopim e se apresentam na oportunidade das companhias em construir o complexo hidrelétrico. Ainda em 2002, a Enterpa assinou o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia no Complexo Energético Cachoeirinha/São João, onde ficaram estabelecidas diversas cláusulas sobre os “aproveitamentos hidrelétricos” e também quanto a operação, a comercialização da energia produzida no complexo e o pagamento de R\$ 1.600.000,00 anualmente a União pelo “uso do bem público” (um milhão e seiscentos mil reais) – valor esse estipulado no lance do leilão feito pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Ao tratar desses “aproveitamentos hidrelétricos” e a forma como seriam geridos, o contrato denomina o lugar como um “bem público” pertencente a União (ANEEL, 2002).

Em 2007, a Enterpa, sem motivo aparente, muda sua razão social para Chopim Energia S. A., mas na verdade, ambas sempre foram filiais do Grupo Gerdau. Essa “nova” companhia possui em sua Certidão junto ao Ministério do Desenvolvimento o seguinte objeto social:

Construir e manter as propriedades das suas Usinas Hidroelétrica São João e Cachoeirinha (...) para tanto, podendo inclusive arrendá-las; B) A geração comercialização e transmissão de energia elétrica; C) Prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; D) Participar de outras sociedades como sócia ou acionista, desde que estas sociedades estejam de alguma forma ligas à construção e exploração das UHE's São João e

Cachoeirinha ou para fins fiscais conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria sociedade [sic!] (Ministério... 2007).

O contrato especifica em detalhes os acertos financeiros entre a concessionária e a União e o registro da companhia esclarece com demasiados erros de português as funções dessa concessionária ao construir o complexo hidrelétrico. Em nenhum momento os documentos citam os moradores do lugar ou como esses devem ser informados do projeto hidrelétrico em questão, nem mesmo como devem proceder as indenizações.

Os Estudos de Impactos Ambientais da UHE's Cachoeirinha e São João de 2008⁴, na realidade, são uma atualização de outros dois Estudos de 2001 e 2002. A análise desse documento possibilita entender melhor a forma como as empreiteiras têm se relacionado com a população sudoestina. Essa atualização diz possuir diversos itens que não foram contemplados nos EIA's anteriores, alguns deles são: Geração de expectativa e intranquilidade na população direta e indiretamente afetada pelo empreendimento; Alteração da organização social e política existente; e Aumento do conhecimento técnico sobre a região (EIA, 2008).

Ao tratar a presença humana no lugar, o Estudo trata a forma a sobrevivência dos moradores na paisagem do Vale do Chopim “um exemplo típico de como a ocupação antrópica desordenada afeta a diversidade biológica de certa região” (EIA, 2008, p. 100). Tal representação não se baseia em dados nem estatísticas, apenas em afirmações. Ao tratar das questões de saúde e educação, agora utilizando números, o Estudo enfatiza o baixo número de leitos hospitalares em Honório Serpa e Clevelândia, assim como os baixos índices de alfabetização e as altas taxas de reprovação. Apesar de ser uma atualização de outros estudos, ao relatar as características dos centros de ensino, o Estudo de 2008 cita o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), sendo que esse já havia sido extinto em 2005 e renomeado como UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

Como resultado do estudo diversas pesquisas arqueológicas estão sendo realizadas na região e diversos programas ambientais estão sendo planejados em “ações socioambientais planejadas, elaboradas e desenvolvidas para minimizar impactos negativos e potencializar pontos positivos da instalação das usinas” (Informativo da Chopim Energia, jan. 2011). Esse

4 “O Estudo de Impacto Ambiental - EIA é um relatório que compreende o levantamento de literatura científica e legal pertinente, trabalhos de campo, análises de laboratório e um redação técnica que tem como objetivo oferecer os elementos necessários para que o órgão ambiental competente analise a viabilidade do projeto em relação ao meio ambiente. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA é um resumo do primeiro, em linguagem acessível à população que tem como meta esclarecer as vantagens e conseqüências ambientais do empreendimento. É o verdadeiro comunicador do EIA ao administrador do empreendimento e ao público” (EIA, 2008, p. 18).

estudo acompanhado dos informativos deve ser encarado como forma de produção e reprodução de conhecimento por parte da Chopim Energia e da Consiliu – empresa ambiental contratada para fazer o estudo. Conhecimento é saber e informação é poder nas práticas discursivas das companhias sobre a comunidade. Levando em conta o texto, o contexto onde foi pronunciado e o que foi silenciado, a análise discursiva aqui proposta aborda o discurso, mas também sua exterioridade. Fazendo uso da metodologia de análise do discurso, Orlandi nos mostra que a pesquisa histórica

considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2001, p. 16).

A razão social da empresa, articulada no seu registro, um tipo de autorrepresentação do papel da empresa, apresenta a finalidade do complexo. Aparentemente, a preocupação da companhia parece ser exclusivamente financeiro. A ausência de um conceito de “atingido” no papel é uma das reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens. Segundo o MAB, esse conceito deve considerar “como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas” (MAB, 2011).

O discurso, seu pronunciamento sobre os detalhes do empreendimento e seu silêncio quanto aos moradores, materializa no papel os conflitos do tempo entre os diversos interesses sobre o lugar. A União, por sua vez, se preocupa em atender a demanda por energia, a companhia Chopim Energia visa a produção e a comercialização dessa energia com finalidade no lucro e o Movimento levanta sua bandeira em defesa dos grupos sociais impactados com o projeto hidroelétrico.

As relações de sociabilidade dos indivíduos e famílias “atingidas” citadas nas narrativas do moradores do Vale do Chopim evidenciam o pertencimento deles para com o lugar e para com a comunidade. Esse sentimento de pertencimento se converte constantemente por estratégias de identidade, afazeres simples do cotidiano que influenciam nossa consciência participatória e as estruturas de sentimentos que se fortalecem no lugar (CARVALHO, 2014).

O nascimento da comunidade de Nossa Senhora dos Navegantes é marcada por essa

rede de relações entre os moradores. Ciro Carletto, 60 anos, atual presidente da Capela Nossa Senhora dos Navegantes, entre outros entrevistados, admite que a maioria das informações sobre o processo de construção das usinas foi fornecida pelo MAB – esse já participou de diversos atos pela entidade desde 2001. Nascido e crescido em Navegantes, disse que entre as redondezas já existiam outros santos referenciados nos nomes de outras comunidades como “São José, São Roque, Fátima e coisa”, em 1958 seu pai entre outros moradores decidiram prestigiar a padroeira “mãe das águas”: “Foi uns alemão, um tal de Otto Kerber que falou: 'Vamo fazê uma igreja aqui que ficava perto' senão tinha que í lá a pé, não tinha carro, 'vamo fazê a capela que eu dô a image da padroeira'” (Ciro Carletto, entrevista concedida em 03 de julho de 2014) [sic!].

Sobre a formação da comunidade, Carletto fala que Kerber ajudou na organização da procissão pedindo que a imagem saísse de sua casa até a sede da comunidade. Pedro Ruzza, muito amigo do padre de Clevelândia, insistiu e convenceu esse de que a procissão deveria sair de sua casa:

Ciro Carletto: Daí o véio Ruzza: “Não, tem que saí da minha casa”, lá do Ruzza, que lá era uma vila cara, deusolivre, ali em roda daquele valetão, era casa uma escostadinha uma na outra, era assim de funcionário da usina, o chefe era o Mario Fontana de Mariópolis (Ciro Carletto...).

Antes desse episódio um conflito armado havia se deflagrado na região. A Revolta dos Posseiros de 1957, colocou de um lado as companhias imobiliárias grileiras de terra apoiadas pelo governo estadual, entre elas a CITLA (Clevelandia Territorial Ltda) e, de outro, os posseiros que ocupavam as terras. Mário Fontana era conhecido na região como líder da CITLA e apoiado por Pedro Ruzza que construiria uma Usina Hidrelétrica em suas terras:

CC: Daí ele (Fontana) pegô do Rio Pato Branco pra cá até no rio São Francisco, aqui é a fazenda São Francisco de Salles. Daí não sei se o véio (Mário) “emborço” o dinheiro ou terminô o dinheiro, parô. Não tinha energia, eles: '*vô faze essa hidrelétrica aqui e vô levá a Mariópolis*' (Mariópolis-PR), só que não fechô. (...) Ali no Ruzza tinha umas 50 casa, tudo aqueles guaviroval do véio, era uma parzinha da otra assim. O chefe era o véio Ruzza, o mestre de obra, fura co martelete e carregá e detoná e os cara tirá, aqueles monte de pedra foi tirado tudo no carrinho, tinha os trilho de estrada de ferro. (Ciro Carletto...) [sic!].

Em torno desses acontecimentos, desde uma procissão religiosa até a construção da usina, diversos posicionamentos produziram conflitos de interesses entre os próprios moradores. Essa passagem da fala de Carletto demonstra que o interesse por parte do Estado e das

companhias imobiliárias em usufruir do potencial hidrelétrico do rio Chopim naquela localidade já não é atualidade no século XXI. A memória e a identidade da comunidade são valores disputados entre conflitos sociais que transformam a realidade e os sujeitos que a vivem e também a transformam.

Essa constante resignificação do tempo passado no tempo presente por parte dos moradores e moradoras da localidade não permite a pesquisa considerar a memória como algo parado, passado ou estático no tempo, mas como algo que constantemente se movimenta nas diversas temporalidades feitas e refeitas entre as populações ribeirinhas de Navegantes. Lucília Delgado segue essa perspectiva e considera a memória como “uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no presente. (...) O conceito de tempo também mereceu atenção. A ideia principal de minhas análises sobre a dinâmica do tempo refere-se a seu caráter simultaneamente abstrato e concreto e às suas múltiplas e muitas vezes enredadas formas de manifestação na dinâmica da história” (DELGADO, 2010, p. 9).

O pertencimento dos moradores se evidencia a partir de laços que esse possui com sua História de vida no lugar. A Usina do Ruzza evidencia a expectativa da população com a produção da energia elétrica, o desfecho desse evento em “só que não fechô” e os diversos fatores que motivaram ou desmotivaram sua construção são comentados na fala do entrevistado, mas e quanto ao interesse da comunidade na produção de energia?

Roberto Pocai: E o que que o pessoal falava dessas coisa, que ia fazê usina aí, já naquela época lá...

Ciro Carleto: Mas óia o povo carcule, nem energia existia, pra eles era... (...) Só que a rede ia pra Mariópolis (município onde residia Mario Fontana) [Ciro Carleto...] {sic!}.

A expectativa da população de Navegantes na produção de energia estava associada ao seu interesse no consumo, já que era algo que ainda não existia em Navegantes, nem mesmo na cidade de Clevelândia, entretanto a rede elétrica iria direto para Mariópolis – o canteiro eleitoral de Mário Fontana. Essa interpretação da realidade, associada a um conjunto de companhias e instituições demonstra seus interesses na região, em produzir recursos mas não em distribuir os mesmos. A fala do Carleto também nos permite perceber que os sujeitos não são meros coadjuvantes, esses reinterpretem o presente a partir do passado e o passado a partir do presente, vivem esse processo histórico entre acontecimentos que germinam seus sentimentos. As fontes orais, como ecos no tempo, contam menos o que o povo fez e mais o que esse queria ter feito, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.

A oportunidade da entrevista possui suas especificidades além do que foi falado, nesse dia por acaso encontrei Carletto na antiga casa herdada de seu pai. Lá, Carletto relatou que “tocou” 12 anos o campo de Navegantes e que sempre foi “envorvido cas coisa da comunidade” [sic!]. Além dessa relação pessoal com a comunidade, Carletto fez questão de nos mostrar as tábuas lascadas que foram usadas para construir a casa, assim como o Angico (*Anadenthera colubrina*) medindo 4,69 metros de largura e uns 60 metros de altura, preservado próximo da antiga moradia em um capão de mata que vai de sua propriedade até o leito do rio (cerca de 1.000 metros quadrados).

Diferente dos “documentos oficiais” produzidos sob os olhos do Estado e com interesse da companhia hidrelétrica, a fala de Carletto nos permite perceber o pertencimento que esse possui para com o lugar e com sua História de vida. Além da imensa árvore, as tábuas lascadas se destacam num espaço da memória de sua família que chegou no Vale do Chopim pelos idos de 1951. Contou que seu pai veio de Videira-SC e que após receber a casa de herança comprou outra propriedade a beira do rio em agosto de 1989 e fez um recanto. Confessa em sua fala que foi incapaz de vender a antiga casa herdada:

CC: Ah você sabe, o gringo é uma merda. O certo era tê vendido, mas meu pai era vivo, isso aqui é herança né, lá embaxo eu comprei e daí comprei. Ele apoiô de eu fica ca terra e é de ficá memo. Quando eu falei que conhecia, eu falei e fui cortá uns pinhero que tinha dentro da ilha lá, meu cunhado, que a terra era do meu cunhado ali onde eu tô (...) Eu garro e eu sabia que a ilha era grande né e ajeitada e daí um dia eu falei pra muié, tava aí coçando né, antes que ela mande fazê um serviço eu vô saí né, eu disse “eu vô lá dá uma olhada naquela ilha e vô oiá o porto lá pra mim né coisiá, corqué coisa eu vô mexê caquela ilha”. [Simulando a mulher falando]: “De certo, você vai e eu e os piá (os filhos) fiquemo aqui”. [Carleto respondendo]: “Nã, tudo bem”. Peguei e fui, de lá peguei um caíco emprestado de um home ali, fui lá, andei por tudo, diz é, é bem como eu queria memo (Ciro..) [sic!].

Apesar do Estudo de Impacto Ambiental caracterizar o turismo na região como “incipiente” (EIA, 2008, p. 217), juntamente com as cachoeiras do Ruzza, o recanto do Faro – muito visitado por pescadores -, o recanto do Motta, a ilha do Carletto recebe centenas de turistas de toda região e de outros lugares. Ao oportunizar o turismo rural, a localidade também possui em si parte considerável da memória social do Sudoeste do Paraná. Assim como a ilha, o imenso Angico carregado de musgos em parte de seu tronco e em suas raízes que atingem um raio de 8 metros a sua volta se comportam na fala de Carletto como instrumentos da luta pela preservação do meio ambiente.

O livro “Pato Branco: A velha paixão” do fotógrafo Rudi Bodanese retrata de maneira

irreverente e apaixonada diversos capítulos da memória dos jovens de diversas gerações desde os anos 1950. Entre “amassos” com as meninas dentro de Mavericks e Opalas, cabelos e roupas que imitavam o comportamento hippie estadunidense reproduzindo gírias como “maresia, meu”, “deu sujeira”, o livro retrata as idas e as vindas de “malandros” aos acampamentos no Vale do Chopim (2008). A obra não é dividida cronologicamente nem por uma sequência de fatos e sua versão bucólica da realidade não omite os conflitos de uma época marcada pelos contextos da Guerra Fria, da Ditadura Militar e pelo preconceito sobre os cabelos e as roupas daquela geração.

O legado dessas gerações pode ser percebido em eventos como o Rock in Ruzza que possuiu três edições entre as décadas de 1990 e 2000, Exodus festival realizado em 2010 e diversos outros eventos de Rock n'roll e música eletrônica. Esses eventos permitem envolver a pesquisa em outras percepções da realidade, senão aquela presente nos moradores, mas também presente nos olhares e nos sentimentos de frequentadores desses lugares turísticos, demonstrando que o potencial na produção de energia não é a única maneira de aproveitamento do rio. Isto é, uma multiplicidade de realidades, desde aquele visitante que procura o lazer do fim de semana, assim como aquele que procura o silêncio das matas, ou procure se utilizar do lugar para um lazer repreendido na cidade.

O turismo do Vale do Chopim evidencia mais um caso específico entre todas as construções de barragens, as transformações do lugar geram expectativas que se evidenciam no tempo presente entre esperanças e frustrações. A futura análise desses sentimentos ocupa a pesquisa do papel de reconhecer diversas representações sobre o lugar, reconhecendo as distintas percepções que esse produz para as pessoas entrevistadas. O trabalho de pesquisa procurará investigar como os moradores ressignificam suas memórias a partir da construção do complexo hidrelétrico, ou seja, como reinterpretem as suas histórias de vida e do lugar onde residem reinterpretando inclusive elementos como a paisagem e a natureza.

Ao trabalhar com as oralidades de sujeitos históricos, devemos reconhecer que a história de vida e do lugar donde cada morador fala materializa sua representação cultural no papel, como autodefesa de si como sujeito e/ou de sua comunidade. Alessandro Portelli suscita a cultura como um instrumento de luta política, como autodefesa do sujeito e/ou de uma comunidade. O reconhecimento de uma cultura política e de suas relações de sociabilidade no sujeito histórico constrói um horizonte comum entre o pesquisador e o sujeito pesquisado (PORTELLI, 1997).

O grande desafio da teoria historiográfica se deve quanto a posição entrincheirada em que

o historiador se coloca, entre diversas interpretações do mesmo acontecimento. Para procurar compreender essas diversas representações precisamos entender as construções culturais por trás dos discursos. Isso faz com que a pesquisa não se satisfaça com respostas prontas, o historiador deve colocar as ideias e as falas em seu devido lugar motivando a abertura de horizontes para uma diversidade de percepções sobre o Vale do Chopim.

Assim, torna-se óbvio que conceitos engessados e conclusões precipitadas não satisfazem os objetivos da pesquisa. Usando Carlos Castañeda como inspiração, os conhecimentos específicos dos povos ribeirinhos de Navegantes devem ser examinados: “em termos [que eles mesmos os compreendam]; e só nesses termos é que poderiam tornar-se evidentes e convincentes” (CASTAÑEDA, 2014, p. 9). O encontro de conceitos próprios entre esses povos acontece a partir da transcrição das entrevistas, a meditação em torno desses termos deve reproduzir com fidelidade a fala desses entrevistados, sem alterar o sentido de suas palavras e frases para que esses possam se reconhecer em suas falas no momento que autorizarem a divulgação de suas entrevistas para a pesquisa.

Vale perceber que a todo momento que o Estudo se refere a população atingida pelos empreendimentos em Nossa Senhora dos Navegantes, esse o faz enfatizando índices negativos e complementa: “a expectativa é que não aconteçam grandes alterações nos modos de organização social e política da população residente nos municípios da AIS [Área de Influência Socioeconômica] do empreendimento, caso não aconteçam fatos novos na região” [sic!] (EIA, 2008, p. 217). O papel que empresa cria sobre si mesma e com a História do lugar se evidencia numa ideia de progresso. Entre esses “fatos novos” estaria a construção das do complexo hidrelétrico, evento que segundo o estudo favoreceria o desenvolvimento humano na localidade.

Um parceiro de Rudi Bodanese, amigo pessoal e de militância sempre foi Gilson Marcondes, relatado em seu livro como um político de esquerda no cenário do fim da Ditadura e início do processo de redemocratização. Em sua obra “Alguma poesia, poesia nenhuma”, coleção de verbetes, letras de música e, claro, poesias de sua autoria, Gilson anuncia Rudi como um parceiro na produção de um livro didático, um vídeo, e exposições fotográficas de sentido preservatório sobre o turismo ecológico e a questão ambiental do rio Chopim. Esse recorte, entre mantras indianos, textos de agroecologia e biografias de amigos ilustres de Pato Branco, simboliza o interesse independente de grandes companhias de realizar pesquisas de interesse social na região (MARCONDES, 2012).

Dos oito informativos expedidos e distribuídos pela Chopim Energia, os últimos três

carregam consigo a seção “O morador pergunta a Chopim responde”. A proposta da seção é fiel ao seu título, entretanto, todas as perguntas dos moradores e as repostas da companhia se direcionam a questão das indenizações. Num primeiro momento, esse dado pode ser analisado como indicativo de preocupação dos moradores e da própria empresa quanto a essa questão compensatória. Existe, por meio desse documento periódico, a intenção de produzir um discurso, apesar disso a informação se coloca entre um espaço do dito e do não-dito. Em nota divulgada amplamente entre os moradores e nos meios de comunicação livres, a Comissão de representantes dos atingidos pelas hidrelétricas São João e Cachoeirinha relatou que as barragens

inundarão uma área de aproximadamente de 800 hectares do município de Clevelândia. A região inundada gera uma renda aproximadamente de 2,7 milhões de reais por ano de produtos da agropecuária, além de movimentação de outro tanto de valores de comercialização de produtos do comércio. Certamente uma das mais prejudicadas será a cooperativa CAMISC que possui naquela região um entreposto e comercializa com estas famílias (Rádio Progresso, 2009).

Cerca de 82 famílias serão atingidas na comunidade Paiol Grande, também ameaçada pelo complexo São João/Cachoeirinha. As águas passarão por cima de uma comunidade católica e outra evangélica, assim como da escola e do posto de saúde e apoio social, de duas associações de moradores que possuem tratores e equipamentos para inseminação artificial, do moinho e do poço artesiano da comunidade. Cerca de 53 famílias serão atingidas em Navegantes, a carta que também se direciona aos produtores de leite da região apresenta-se finalizada com o conhecido e irônico ditado popular: “Depois do leite derramado não adianta chorar... E achar culpados” (Rádio Progresso, 2009).

Os informativos da Chopim Energia tratam as populações ribeirinhas como “abrangidos” pelos projetos hidrelétricos. Com o andamento da pesquisa, torna-se interesse problematizar o conceito de “atingido”, afim de não sacralizá-lo. Além de diversas buscas realizadas no portal eletrônico do Movimento dos Atingidos por Barragens, as entrevistas direcionadas aos trabalhadores rurais de Navegantes se cercarão de diversos questionamentos nesse sentido afim de procurar entender por que esses sujeitos se sentem atingidos.

Apesar dos Estudos de Impactos Ambientais de Cachoeirinha e São João afirmarem terem respeitado as normas legais vigentes em território nacional (EIA, 2008), o Ministério Público barrou a construção de ambas as usinas indicando a existência de 42 condicionantes que impediriam sua construção (Tribunal..., 2010). A imprensa local denunciou o caso: “Há

uma série de fatores que dificultam a construção, como interferências na vazão do Rio Chopim, desapropriação de produtores e o comprometimento da fauna e flora” (Jornal de Beltrão, 21/08/2010). Em 11/01/2013, a presidente Dilma Rousseff vetou de vez os projetos que previam a construção de ambas as hidrelétricas “que estavam paradas”, assim como outras nove usinas por todo Brasil (CTE, 14/01/2013). Essa informação nos faz perceber que não existe simplesmente uma luta entre atingidos e a companhia hidrelétrica, diversas instituições se inter-relacionam discutindo a paisagem, o meio ambiente e suas finalidades.

Considerações finais

Apesar da região Sudoeste e especificamente a comunidade de Nossa Senhora dos Navegantes possuírem em sua maioria pequenas propriedades (até 110 hectares), diversas companhias se apropriam e vêm se apropriando de seu território para implantação de empreendimentos coloniais e capitalistas. Atualmente, a construção de um complexo hidrelétrico em Navegantes evidencia um conflito de interesse entre a Chopim Energia e parte dos seus moradores. O contrato assinado com a ANEEL e a razão social da companhia omitem as formas de tratamento dos povos do lugar, esses por sua vez somente chegaram a ser informados sobre as indenizações e sobre o provável impacto ambiental pelo Movimento dos Atingidos por Barragens.

Os documentos escritos, forjados em relações de poder e força, não respondem a todas as perguntas para essa pesquisa. Torna-se necessário reivindicar ouvir as vozes desses moradores assim como de frequentadores do lugar, intensificando o debate em torno da paisagem e da cultura política das pessoas envolvidas no acontecimento. Daqui pra frente, a pesquisa historiográfica se potencializa em seus objetivos ao procurar entender como a construção do complexo hidrelétrico foi informado aos moradores do lugar e como essa comunidade reinterpreta a sua memória face à possibilidade de construção das barragens.

Até o momento foi possível perceber que a comunidade não possui uma única História linear sequenciada em fatos, pelo contrário, entre a companhia e entre os próprios moradores uma multiplicidade de interpretações está presente e se faz sobre os mesmos acontecimentos. Enquanto a companhia procura se apropriar do lugar com a finalidade de produzir energia visando o lucro, parte desses moradores se utiliza de sua história de vida relacionada a instrumentos de luta com a intenção de reafirmar seu pertencimento ao Vale do Chopim.

Fontes

ANEEL. Contrato de concessão de n. 16/2002 AHE Complexo São João/Cachoeirinha. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em 12 Ago 2014.

Depoimentos orais: Ciro Carletto, entrevista concedida em 03 de julho de 2014 (acervo próprio).

EIA. Estudo de Impacto Ambiental de Cachoeirinha, 2008.

_____. Estudo de Impacto Ambiental de São João, 2008.

CHOPIM ENERGIA. Informativos, 8 edições. De 2010 a 2013.

CTE. Centro de Tecnologia em Edificações. Disponível em: <http://site.cte.com.br>. Acesso em 30 jun 2014.

Jornal de Beltrão. Disponível em: <http://www.jornaldebeltrao.com.br/>. Acesso em 30 jun 2014.

Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio. Certidão simplificada da Chopim Energia S.A. 2007. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em 12 Ago 2014.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/>. Acesso em 30 jun. 2014.

Rádio Progresso. Perguntas e Respostas sobre a construção das Hidrelétricas de São João e Cachoeirinha. Disponível em: <http://www.rdprogresso.com.br>. Acesso em 10 mai 2014.

Tribunal de Justiça do Paraná. Ação civil de improbidade administrativa N.º 1.050.979-6. Disponível em: <http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com>. Acesso em 10 mai 2014.

Referências

BODANESE, R. **Pato Branco: Geração 1970**. Pato Branco: Imprepel, 2008.

CARVALHO, S. T. de. **Identidade e pertencimento**. Disponível em: <http://cocriar.wordpress.com/>. Acesso em 04 jul 2014.

CASTAÑEDA, C. **Erva do diabo: As experiências indígenas com plantas alucinógenas reveladas por Dom Juan**. Rio de Janeiro: Record. Disponível em: <http://api.ning.com/>. Acesso em 07 jul 2014.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Autêntica, 2006.

MARCONDES, G. **Alguma poesia, poesia nenhuma**. Francisco Beltrão: Grafit, 2002

MITCHEL, D. **Não existe aquilo que chamamos de cultura**. In: Espaço e cultura. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

POCAI FILHO, R. L. **“Bicho do Mato”**: O sertão caboclo no sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, C. A... História, tradição e memória. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2011.

PORTELLI, A. **O que faz da história oral diferente**. In: Projeto História. Vol. 14. São Paulo: PUC, 1997.

VORPAGEL, E. K. **A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.com.br>. Acessado em: 05 abr. 2014.